

## Carta dos Editores

Flavio Gaitán e Francisco Duarte

O presente volume da revista *Desenvolvimento em Debate* reúne artigos que abordam temas fundamentais para a compreensão das dinâmicas do desenvolvimento contemporâneo, explorando questões que vão desde a governança da inovação científica até as interações entre Estado, políticas públicas e economia. As contribuições desta edição analisam comparativamente as políticas e capacidades estatais na medicina regenerativa, discutem o papel dos Institutos Federais na promoção do desenvolvimento nacional e investigam os desafios da agricultura familiar em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, os estudos exploram a evolução das reformas econômicas na China, os impactos do financiamento verde sobre a transição para uma economia sustentável e os efeitos dos incentivos fiscais no desenvolvimento da Amazônia. Ao longo dos artigos, emergem reflexões críticas sobre a atuação do Estado, a necessidade de políticas públicas estruturadas e os desafios da sustentabilidade econômica e ambiental, fornecendo subsídios valiosos para o debate acadêmico e a formulação de estratégias de desenvolvimento mais equitativas.

O artigo que abre o volume, “Comparações seletivas das políticas e capacidades estatais na medicina regenerativa entre os EUA, o Reino Unido e o Brasil e o papel das associações supranacionais”, de Liliana Acero analisa comparativamente as políticas e capacidades estatais no campo da medicina regenerativa (MR) nos Estados Unidos, Reino Unido e Brasil, destacando também o papel das associações supranacionais. A partir de uma abordagem qualitativa, baseada em análise bibliográfica e documental de agências regulatórias e financeiras nacionais e internacionais, o estudo investiga como diferentes modelos de regulação e governança impactam o desenvolvimento da MR. Assim, o trabalho evidencia a escassez de agências públicas especializadas, capazes de planejar políticas orientadas por missões de forma centralizada, o que limita o potencial de inovação e a capacidade de resposta dos Estados frente aos desafios da área.

O artigo destaca ainda os efeitos da diversificação regulatória, apontando tanto seus benefícios quanto limitações para o mercado e o bem-estar dos pacientes. Enquanto o Reino Unido e os Estados Unidos apresentam estruturas institucionais mais consolidadas, com forte atuação de organismos supranacionais, o Brasil enfrenta desafios relacionados à fragmentação institucional e à falta de coordenação entre as políticas públicas. O estudo contribui para o debate sobre a governança global da MR, mostrando como a interação entre regulação, inovação e capacidades estatais molda o desenvolvimento de terapias avançadas, com implicações diretas para a saúde pública e o progresso científico.

O artigo de Júlio Korzekwa e Marília Patta Ramos, “Estado e desenvolvimento: Uma análise a partir dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, analisa o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no contexto do desenvolvimento nacional brasileiro, fundamentando-se nas teorias de Celso Furtado e Caio Prado Jr. e na perspectiva da economia do conhecimento. Por meio de uma metodologia quantitativa e descritiva, utilizando dados de fontes como o Banco Mundial, IBGE e INPI, o estudo compara

o Brasil com países como Alemanha e Chile, explorando variáveis como dependência econômica e tecnológica, progresso tecnológico, produtividade e desigualdade social. Os resultados indicam que, apesar da classificação do Brasil como país subdesenvolvido, os IFs apresentam potencial significativo para contribuir com o desenvolvimento nacional, especialmente quando integrados a políticas públicas orientadas para a superação de desafios estruturais.

O artigo destaca que a presença dos IFs no Brasil representa uma expressão concreta da atuação do Estado na promoção do desenvolvimento, funcionando como instrumentos de transformação social e econômica. Além de contribuírem para a formação de capital humano, essas instituições desempenham um papel relevante na inovação tecnológica, na redução das desigualdades e na promoção da inclusão social, alinhando-se às demandas da economia do conhecimento. Ao evidenciar a importância dos IFs como agentes de políticas públicas, o estudo oferece uma contribuição relevante para o debate sobre o papel do Estado no desenvolvimento, reforçando a centralidade da educação, da ciência e da tecnologia na construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

A seguir, o artigo de Antonia Érica de Freitas Moraes, Emanuel Márcio Nunes, Vívian Menezes da Silva, “Agricultura familiar e desenvolvimento rural: O Programa Nossa Empresa Rural (PNER) de São Francisco do Oeste, Rio Grande do Norte”, analisa a dinâmica do Programa Nossa Empresa Rural (PNER) no contexto da agricultura familiar no município de São Francisco do Oeste, Rio Grande do Norte. O estudo, de caráter exploratório e descritivo, adota uma abordagem mista e é baseado em um estudo de caso, com a aplicação de questionários semiestruturados junto aos beneficiários do programa. Os resultados indicam que o PNER contribuiu significativamente para o desenvolvimento rural local, promovendo a melhoria da gestão das Unidades Produtivas Rurais (UPRs), o aumento da produção agrícola e o fortalecimento da autonomia econômica dos agricultores familiares. O programa se destaca por sua capacidade de articular políticas públicas locais e por fomentar práticas de gestão mais eficientes entre os produtores.

O artigo evidencia também que o PNER desempenha um papel estratégico ao integrar assistência técnica, acesso ao crédito e incentivo à organização coletiva, fatores fundamentais para a consolidação da agricultura familiar na região. Nesse sentido, os autores destacam a relevância do programa para a redução da vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores, ao promover práticas de produção sustentáveis e o fortalecimento das redes de cooperação locais. A pesquisa contribui para o debate sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, mostrando como iniciativas municipais podem ser eficazes na promoção da segurança alimentar, da geração de renda e da valorização da agricultura familiar, especialmente em contextos marcados por desafios socioeconômicos e climáticos.

Na sequência, o artigo “Das reformas de 1978 a China do Século XXI: O papel da agricultura e do setor financeiro para o desenvolvimento chinês”, de Lorena Laudares Faria e Eduardo Rodrigues Gomes, analisa o processo de reformas iniciado na China em 1978 e seu impacto no desenvolvimento econômico do país até o século XXI, com foco no papel estratégico dos setores agrícola e financeiro. O estudo argumenta que a transição para um modelo híbrido de economia socialista de mercado foi fundamental para a estabilidade interna e o sucesso da internacionalização da economia chinesa. A pesquisa destaca também como a

reforma do sistema agrário, com a introdução do sistema de responsabilidade familiar, e as transformações no setor financeiro foram decisivas para sustentar o crescimento econômico e integrar a China aos mercados globais, promovendo uma combinação singular de planejamento estatal e dinamismo de mercado.

Além disso, o artigo evidencia que o desenvolvimento econômico chinês está intrinsecamente ligado a uma estratégia de longo prazo, caracterizada por um forte controle estatal sobre setores-chave, aliado à abertura gradual para o capital internacional. A análise revela como a internacionalização econômica da China, especialmente após sua entrada na OMC em 2001, foi impulsionada por políticas que equilibram interesses geopolíticos e econômicos, consolidando o país como uma potência global. O estudo contribui para o debate sobre modelos de desenvolvimento, demonstrando que o caso chinês desafia as tradicionais dicotomias entre economia de mercado e planejamento centralizado, oferecendo novas perspectivas para a compreensão das trajetórias de crescimento em economias emergentes.

O artigo a seguir, “Quem promove o financiamento verde? Instituições, meio ambiente e sistema financeiro”, de Luiz Henrique Bispo Santos e Daniel Caixeta Andrade, examina o papel das instituições na promoção do financiamento verde, destacando como essas estruturas moldam as interações entre o sistema financeiro e as questões ambientais em um contexto de intensificação das mudanças climáticas. O estudo adota uma abordagem institucionalista para identificar e classificar as instituições envolvidas, dividindo-as em dois grupos: as de adesão voluntária, que operam por meio de incentivos reputacionais e buscam melhorar a transparência climática, e as de mudança estrutural, que possuem capacidade de intervenção direta e poder coercitivo para redirecionar fluxos financeiros em favor de práticas sustentáveis. A análise evidencia que o financiamento verde não ocorre em um vácuo institucional, mas é fortemente influenciado por arranjos regulatórios e organizacionais que podem tanto impulsionar quanto limitar a transição para uma economia de baixo carbono.

O artigo destaca que, embora as iniciativas de adesão voluntária tenham contribuído para aumentar a conscientização sobre riscos climáticos e fomentar o mercado de títulos verdes, sua capacidade de promover mudanças significativas é limitada pela ausência de mecanismos coercitivos. Por outro lado, instituições com potencial de mudança estrutural, como bancos centrais e bancos públicos de desenvolvimento, têm um papel crucial na reorientação de investimentos e na consolidação de práticas financeiras sustentáveis. O estudo conclui que uma combinação de estratégias voluntárias e regulatórias é essencial para ampliar o impacto do financiamento verde, sugerindo a necessidade de políticas públicas mais robustas e integradas para enfrentar os desafios da crise climática de forma eficaz.

Por fim, o artigo “O papel dos incentivos fiscais no desenvolvimento da Região Amazônica Brasileira: Uma análise crítica”, de Celso Vila Nova de Souza Júnior, Marcelo Binenbojm, Luiz Honorato da Silva Júnior, Adriano Firmino V. de Araújo e André Nunes, investiga a política de incentivos fiscais implementada na região Norte do Brasil ao longo das últimas seis décadas, avaliando sua efetividade e impacto nas políticas públicas. A pesquisa combina revisão bibliográfica e análise de dados tributários federais de 2011 a 2020, concentrando-se na evolução dos gastos tributários destinados ao desenvolvimento da Amazônia. O estudo destaca a ausência de avaliações rigorosas sobre os impactos desses incentivos e critica a renovação automática dessas políticas sem critérios claros de temporalidade, seletividade e distributividade. Além disso, questiona-se a proposta de renovação dos incentivos prevista no

PL 4.416/2021, que não estabelece mecanismos adequados para garantir que esses benefícios de fato promovam o desenvolvimento sustentável e equitativo da região. Os resultados apontam para um aumento real dos gastos tributários federais na década analisada, enquanto os investimentos na região Norte mantiveram-se relativamente estáveis em comparação à arrecadação e ao total de gastos tributários do país.

A partir dessa análise, os autores defendem a necessidade de um debate qualificado sobre a reformulação dos incentivos fiscais na Amazônia, considerando critérios que assegurem maior eficiência e justiça distributiva. Aponta-se que, apesar de seu papel na atração de investimentos, os incentivos fiscais não têm sido suficientes para impulsionar o desenvolvimento econômico regional de maneira sustentável, especialmente diante da persistência de desafios estruturais, como deficiência em infraestrutura e impactos ambientais. A pesquisa conclui que a formulação de políticas públicas deve ser aprimorada para garantir que os benefícios fiscais contribuam efetivamente para a redução das desigualdades regionais, evitando a perpetuação de subsídios sem retorno econômico e social comprovado.

Os estudos apresentados no volume evidenciam a complexidade dos processos de desenvolvimento, ressaltando a interdependência entre inovação, políticas públicas, regulação econômica e sustentabilidade. Ao discutir as transformações no sistema produtivo, os desafios da governança global e as estratégias de financiamento para um crescimento sustentável, os artigos contribuem para a construção de uma visão mais ampla e integrada sobre os caminhos do desenvolvimento. Boa leitura!